



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI ORDINÁRIA Nº 5797/2010**

Ementa

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE ÁREA INSTITUCIONAL PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL FRATERNIDADE VOTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Data da Norma

Data de Publicação

Veículo de Publicação

**24/09/2010**

Status de Vigência

**Em vigor**



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**LEI Nº 5.797 DE 24 DE SETEMBRO DE 2010 .**

Aut. Nº	106/10
P.L. Nº	126/10
Publ.:	28/09/10

***“Dispõe sobre a concessão administrativa de uso de área institucional pertencente ao Patrimônio Público Municipal, em favor da ‘Associação Cultural e Assistencial Fraternidade Votura’, e dá outras providências”.***

**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante contrato, outorgar em favor da **‘Associação Cultural e Assistencial Fraternidade Votura’**, com sede na Avenida Conceição, nº 92, Jardim América, inscrita no CNPJ sob nº 59.010728/0001-47, declarada de utilidade Pública pela Lei nº 2.617 de 15 de agosto de 1.990, devidamente registrada no Conselho Municipal de Assistência Social, a concessão administrativa de uso da seguinte área pertencente ao patrimônio público municipal, a saber: *“área institucional 01A, do loteamento denominado Villa Romana, que mede 38,40 de frente para a Rua Kikuo Imanishi; 36,70m de um lado confrontando com a área institucional 1B; 89,14m do outro lado confrontando com a Rua Ângelo Petrilli, 101,65m nos fundos confrontando com os lotes 12 a 19 da quadra J; totalizando área de 3.480,44m<sup>2</sup>”, constante na matrícula nº 67.043, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Indaiatuba.*

**Art. 2º** - A concessão administrativa de uso da área pública descrita no artigo anterior vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, desde que presentes os critérios de necessidade, e o interesse público exigir.

**Parágrafo único** - A outorga da concessão administrativa de uso fica condicionada a comprovação, pela entidade beneficiada, do seguinte:

I - personalidade jurídica, bem como o respectivo estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas;



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**II** - regularidade fiscal;

**III** - ata de eleição da atual Diretoria e do Conselho Fiscal;

**IV** - inscrição cadastral junto a Prefeitura Municipal de Indaiatuba; e

**V** - inexistência de débito perante o Município, na forma do art. 101 da Lei nº 1.284, de 20 de dezembro de 1973, que instituiu o Código Tributário do Município.

**Art. 3º** - A concessionária ficará obrigada a, no uso da área a que se refere o artigo 1º desta lei:

**I** - dar início a construção de um prédio destinado ao funcionamento de sua sede social com uma área de, no mínimo, 100 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), no prazo de 12 (doze) meses, e concluí-lo no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

**II** - destiná-la exclusivamente à prática de atividades institucionais promovidas pela associação;

**III** - permitir o livre acesso da população na área descrita no artigo 1º desta lei, em qualquer evento ou atividade, observado o regulamento específico quanto aos critérios para o uso e funcionamento, a ser submetido à expressa aprovação do Poder Executivo; e

**IV** - observar a legislação municipal de controle da poluição sonora na realização de suas atividades.

**V** - a área objeto da presente concessão administrativa não poderá, em qualquer hipótese, ter sua destinação, fim e objetivos estabelecidos nesta lei alterados.

**Art. 4º** - A concessão administrativa de uso de que trata esta lei ficará automaticamente revogada, sujeitando-se a concessionária à devolução da posse do imóvel com as benfeitorias nele construídas, sem direito a qualquer retenção ou indenização, nos casos de:

**I** - não cumprimento das obrigações previstas no artigo 3º;

**II** - extinção da concessionária;



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**III - abandono da área;**

**IV - locação ou cessão a terceiros, total ou parcialmente, sem prévia e expressa anuência e concordância do Poder Executivo; ou**

**V - Uso do imóvel mediante discriminação de sexo, raça, trabalho, credo religioso ou convicção política;**

**Art. 5º - Durante a vigência da concessão administrativa de uso de que trata esta lei, não incidirá quaisquer tributos sobre o imóvel descrito no artigo 1º desta lei ou sobre as edificações que porventura venham a ser autorizadas e aprovadas pelo Poder Público Municipal.**

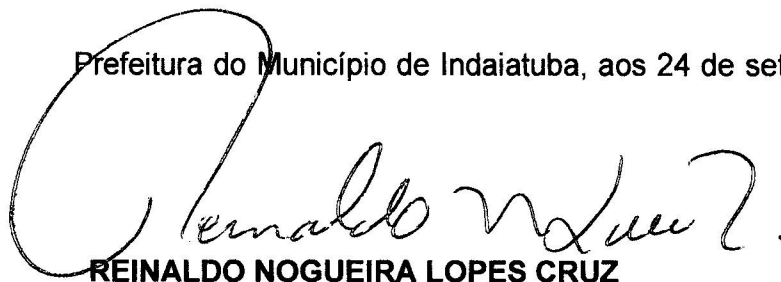
**Parágrafo único – Caberá a concessionária o pagamento das tarifas e ou preços públicos decorrentes do consumo de energia elétrica, bem como pela utilização de água e esgotos.**

**Art. 6º - Fica dispensada a realização de concorrência pública para a concessão administrativa de uso de que trata esta lei, na forma do § 1º do art. 129 da Lei Orgânica do Município de Indaiatuba.**

**Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 8º - Fica revogada a Lei nº 4.850 de 23 de dezembro de 2005.**

**Prefeitura do Município de Indaiatuba, aos 24 de setembro de 2010.**



**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**  
**PREFEITO**